



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MARIA DALVA DA SILVA CRUZ

**CONTRIBUIÇÕES DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL PARA O
PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO PROGRAMA
BRASIL ALFABETIZADO**

GUARABIRA - PB

2014

MARIA DALVA DA SILVA CRUZ

**CONTRIBUIÇÕES DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL PARA O
PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO PROGRAMA
BRASIL ALFABETIZADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Verônica Pessoa da Silva

Coorientadora: Prof.^a. Ms. Izandra Falcão Gomes

GUARABIRA – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C955c Cruz, Maria Dalva da Silva
Contribuições do planejamento educacional para o processo de ensino e aprendizagem no programa Brasil Alfabetizado [manuscrito]
: / Maria Dalva Da Silva Cruz. - 2014.
41 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.
"Orientação: Verônica Pessoa da Silva, Departamento de
Educação".
"Co-Orientação: Izandra Falcão Gomes, Departamento de
Educação".

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Planejamento educacional. 3. Programa educacional. I. Título.

21. ed. CDD 374

MARIA DALVA DA SILVA CRUZ

**CONTRIBUIÇÕES DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL PARA O PROCESSO
DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento à
exigência para obtenção do grau de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovada em 10/03/2014.

Verônica Pessoa da Silva.

Prof.^a Dr.^a Verônica Pessoa da Silva / UEPB
(Orientadora)

Izandra Falcão Gomes

Prof.^a Ms. Izandra Falcão Gomes / UEPB
(Coorientadora)

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Prof.^a Ms. Mônica de Fátima Guedes Oliveira / UEPB
(Examinadora)

GUARABIRA - PB

2014

A Deus, amigo e Pai fiel, que me sustentou e sustenta a cada momento. A minha família, nas pessoas de minha mãe e de meu irmão, que estão sempre ao meu lado, como inspiração a prosseguir, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, dono de minha vida, provedor de minha sabedoria e poderoso para fazer, infinitamente, mais daquilo que penso e peço.

A minha mãe, exemplo de mulher guerreira, Elisanete Ferreira da Silva, com quem aprendo o caminho certo a trilhar, me inspirando a prosseguir com fé e garra.

A Albino Soares da Cruz Júnior, meu irmão, que me ajuda no dia a dia e para quem sempre busco o melhor.

A minha família que deseja, cada vez mais, me ver ascender na trajetória da vida.

A minha professora, amiga e orientadora Verônica Pessoa, que pacientemente me orientou nesse processo de construção do saber.

A minha professora, amiga e coorientadora Izandra Falcão Gomes, que prontamente se dispôs a me orientar neste processo rico e desafiador.

À professora, Mônica Guedes, da qual fui monitora e que sempre me incentivou na construção e conclusão desse trabalho.

À professora Rita de Cássia Cavalcante por ter me auxiliado com materiais necessários à construção deste texto monográfico.

À professora Maria José Cândido Barbosa por despertado em mim a paixão pela Educação Popular e, conseqüentemente, pela Educação de Jovens e Adultos.

À professora Antonaide Rodrigues Buhne, a quem devo grande parte de minhas leituras sobre a Educação de Jovens e Adultos.

Aos meus líderes na fé, Ednaide Correia Aragão e Adson de Lima Aragão, por estarem sempre me apoiando e cobrindo de orações.

A minha amiga Aline Jéssica da Silva que esteve comigo em todos os momentos de estudos e orientação. Sempre juntas buscamos nos alegrar e concluir nosso trabalho.

As minhas amigas Lindalva dos Santos Costa e Josielma Gomes da Costa Marques por me apoiarem em todo o processo da graduação.

A minha amiga Joseane Gomes da Costa que sempre me disse para nunca desistir, torcendo e contribuindo para a minha felicidade.

As minhas colegas de turma que me aguentaram em todo o curso, e no processo final, me ajudaram com os trabalhos extras.

A pessoa faz história tomando parte na definição dos rumos e na construção de uma nova sociedade.

Ângelo Dalmás 2008 p. 19

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
1. UM PONTO DE PARTIDA: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS.....	8
2. REVISITANDO AS CONCEPÇÕES DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL.....	13
3. PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: DEFINIR PARA MELHOR COMPREENDER.....	17
3.1 O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO.....	19
4. TRAÇOS HISTÓRICOS DA EJA NO BRASIL.....	24
5. PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO: GÊNESE E ATUAÇÃO.....	28
5.1 O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO NO ESTADO DA PARAÍBA.....	30
5.1.2 ENTREVISTA: CONFIRMANDO IDEIAS E PRESSUPOSTOS.....	31
6. UM PONTO DE CHEGADA: CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICES	

CONTRIBUIÇÕES DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

CRUZ, Maria Dalva da Silva¹

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão acerca do planejamento educacional no programa nacional de alfabetização, Brasil Alfabetizado. Teve como principal objetivo refletir sobre a contribuição do planejamento educacional para o processo de ensino e aprendizagem dos educandos adultos participantes do Programa Brasil Alfabetizado, bem como para a construção de práticas pedagógicas emancipatórias na Educação de Jovens e Adultos. O estudo situou-se no universo do Programa Brasil Alfabetizado no estado da Paraíba, delimitando seu olhar a partir das práticas educativas desenvolvidas pelos alfabetizadores, intencionando, sobretudo identificar a diretriz que norteia o planejamento da prática pedagógica nas salas de aula de alfabetização do Programa e sua efetivação na realidade funcional do Programa. Para tanto, realiza uma discussão em torno da concepção de planejamento participativo, posto como importante instrumento para emancipação dos educandos, através do processo de ensino e aprendizagem que segue os pressupostos deste planejamento. Também recupera traços históricos da Educação de Jovens e Adultos, situando no contexto das ações desta modalidade educativa a criação do Programa Brasil Alfabetizado. No seu percurso teórico-metodológico, o estudo é regido pelos preceitos da abordagem qualitativa de pesquisa, estabelecendo diálogos com autores tais como: DALMÁS (2008), VIANNA (1986) GANDIN (2001), VASCONCELLOS (2010), BEISIEGEL (1982), MENEGOLLA e SANT'ANNA (2005), MASETTO (1997), entre outros. Os resultados apontam para a constatação das diretrizes que o planejamento segue dentro do Programa, e fortalece a importância do planejamento participativo como instrumento para subsidiar a efetivação de práticas emancipatórias na formação do sujeito educando, uma formação pautada nos princípios da democracia, da liberdade e equidade, que possibilite ao sujeito educando a transformação de sua realidade social.

Palavras-Chaves: Educação de Jovens e Adultos. Planejamento Educacional. Programa Brasil Alfabetizado.

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia na UEPB, Campus III. E-mail: mariadalvapedagoga@gmail.com

1 UM PONTO DE PARTIDA: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS

A palavra planejar é um verbo que se utiliza de muitos outros verbos para integrar a sua prática, a exemplo de: sonhar, desejar, tencionar, prever, refletir, esquematizar, projetar, traçar, elaborar, executar e avaliar. Planejar é uma palavra que acompanha o ser humano desde sua existência e consolida uma ação pensada, intencionada, refletida e esquematizada pelo ser humano, quando este pretende realizar algo em sua vida cotidiana.

O ato de planejar, ou seja, a ação de planejar é inerente ao ser humano. Desde o princípio de sua existência, o ser humano teve que pensar e refletir sobre como viver e sobreviver na terra, o que lhe exigiu a habilidade de pensar e refletir antecedendo toda e qualquer ação.

Na educação, o ato de planejar tem grande importância para o direcionamento das ações educativas e organização dos sistemas e redes de ensino. É preciso planejar, pensar, prever a prática educativa, dentro do contexto limite no qual se está inserido. E dado o grau de responsabilidade da tarefa de ensinar, é preciso planejar, pois quando ensinamos não transmitimos conteúdos apenas, estamos formando sujeitos para pensar, refletir e criticar a sociedade com o objetivo de construí-la e reconstruí-la.

Partindo desse pressuposto, podemos dizer que o planejamento educacional se divide em três níveis específicos: Planejamento dos sistemas e redes de ensino – planejamento em instância nacional/estadual que implica a tomada de decisões para implantação de ações que compõem a esfera política educacional; o planejamento em âmbito da unidade escolar – o Projeto Político-Pedagógico da escola; e o planejamento no âmbito de ensino – os planos de curso, de unidade, disciplinas e de aula. (BRASIL, 2005).

O Plano Nacional de Educação (PNE), regimenta a política educacional que ocorre em âmbito nacional. Apresenta diretrizes, objetivos e metas, com estratégias específicas de concretização que articulam as ações da educação brasileira, com duração de dez anos. A partir da aprovação do PNE os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão em consonância com este Plano, elaborar planos decenais correspondentes. A implantação do PNE requisita processos de avaliações periódicas, com a participação ativa dos organismos que compõem a educação, assim como da sociedade civil organizada.

Na atualidade está em curso a construção do PNE 2014. Antecedendo esse momento, no decorrer de 2013, uma intensa mobilização decorrente da CONAE – Conferência Nacional de Educação, que representa um espaço democrático com contribuições diversas no desenvolvimento da Educação Nacional. O tema definido para a CONAE 2014, indicado pela Comissão Organizadora Nacional, “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação”, com realização prevista para novembro de 2014 em Brasília-DF.

Retomando as discussões acerca do planejamento, há de se considerar que, apesar de sua importância para a prática educativa, elemento imprescindível à didática, a prática do planejamento tem sido permeada por muitos desafios, considerando, principalmente, a sua efetivação no âmbito do agir educativo. Contudo, apesar de sabermos a função do planejamento, como orientadora da prática pedagógica e do registro escrito, raramente questionamos sua efetivação, funcionalidade e contribuição no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, Vasconcelos (2010) aponta a importância e a complexidade do planejamento educacional quando afirma: “O planejamento educacional é da maior importância e implica enorme complexidade, justamente por estar em pauta à formação do ser humano.” (VASCOLCELOS, 2010, p. 15). Planejar é, portanto, mais que preencher formulários: é prever a prática pedagógica, pensar o que fazer, como fazer e para quê fazer. Esta é uma ação eminentemente humana e de suma importância na educação, afinal, a escola acolhe crianças, jovens e adultos em processo de formação.

O planejamento no âmbito de ensino, especificamente o planejamento da prática pedagógica, é o tema que norteia este trabalho. O mesmo direciona as discussões para uma modalidade específica de Educação: a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em conformidade com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB Nº 9.394/96.

Por esta trilha, pretende-se refletir como tem se configurado o planejamento nas práticas de ensino dessa modalidade de educação. Indo mais além, focamos nossa investigação em como o planejamento tem sido realizado nas práticas de alfabetização de programas que fomentam a efetivação de políticas públicas na EJA, a exemplo do Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

Partindo desse aspecto, questionamos qual o princípio ou concepção de planejamento que tem norteado as ações educativas na EJA, mais precisamente no programa nacional de alfabetização: O Programa Brasil Alfabetizado. Uma vez que, no referido Programa, encontramos práticas educativas cuja intencionalidade requisita um planejamento, um preparo específico. Afinal de contas, estamos falando da formação de sujeitos que pretende-se ser críticos, despertados para o exercício pleno da cidadania.

Apesar de o Programa Brasil Alfabetizado acontecer em instância nacional, esta pesquisa se delimita ao universo do estado da Paraíba. Resulta das inquietações surgidas, a partir de nossas experiências pessoais enquanto alfabetizadora em uma das etapas do Programa no Estado, no ano de 2011.

Em minha experiência pude observar que a configuração do programa solicitava dos coordenadores e, principalmente, dos alfabetizadores o planejamento da prática pedagógica a ser realizada em sala de aula. Os planejamentos eram realizados quinzenalmente sobre a orientação dos coordenadores municipais. No evento, os alfabetizadores recebiam duas fichas de registro, uma mensal e outra quinzenal para redigir seu plano de aula.

O que despertou a minha atenção, na época, foi à forma de elaboração e registro do planejamento. Recebíamos a orientação de planejar a partir da Matriz de Referência de Leitura, Escrita e de Matemática, bem como o livro didático. No entanto, comecei a observar uma barreira quando tentava inserir outros textos, instrumentos e atividades que não fossem as do livro, ao plano de aula. Era como se a Matriz de Referência e o livro didático fossem as únicas fontes para planejar.

Com isso, sentia que minha prática pedagógica para com os educandos-alfabetizandos necessitava ser construída a partir de elementos que considerassem sua realidade e contemplassem a demanda de suas necessidades de aprendizagens imediatas. O que solicitava a utilização de outros textos sobre os eixos temáticos, que não estavam presentes no livro didático, entre outros materiais importantes para enriquecer a prática pedagógica e proporcionar uma atividade significativa aos educandos, em conexão com o contexto no qual estavam inseridos.

Com o passar do tempo e com base em estudos feitos no Curso de Pedagogia, a minha compreensão sobre a Educação de Jovens e Adultos e sobre o Planejamento Educacional foi ampliada, o que me permitiu olhar para as práticas pedagógicas com Jovens e Adultos por outro viés.

Compreendi a Educação de Jovens e Adultos como uma educação crítica, autônoma, dialógica e emancipativa que prioriza a conscientização e aprendizagem do educando jovem, adulto ou idoso frente a sua realidade, preparando-o para intervir na mesma e transformá-la. É o planejamento educacional como instrumento da ação educativa; ação intencionada que busca determinar fins para alcançar objetivos. Um ato político-ideológico, a partir do qual é explícita a visão de mundo, sociedade, ser humano e educação de quem planejam, quer seja uma instituição, um grupo ou um professor (a).

Mediante essas compreensões somadas a experiência vivida como alfabetizadora do Programa Brasil Alfabetizado foi suscitando o interesse se estudar o papel do planejamento no Programa. Assim definido, debrucei-me sob a pesquisa guiada pela concepção da participação, como concepção capaz de contemplar a elaboração de práticas pedagógicas coletivas, significativas e propulsoras de emancipação aos sujeitos da EJA.

No conceito de emancipação nos inspiramos nas ideias de Paulo Freire (1997), que compreende a emancipação humana em suas obras, como um conquista política ser efetivada pela práxis humana, em uma luta contínua em favor da libertação das pessoas de suas vidas desumanizadas pela opressão e dominação social. Paulo Freire entende a libertação de todos como um verdadeiro “parto”, do qual nascem novos homens e mulheres, em relações de liberdade, igualdade e emancipação. (STRECK; et. al., 2010).

Diante do interesse de estudar o papel do planejamento no PBA², muitas perguntas nos incomodaram: Como é realizado o planejamento no Programa? Que diretriz e orientação segue esse planejamento? Qual concepção de planejamento o Programa adota em suas práticas pedagógicas? O planejamento participativo contribui para a construção de práticas emancipatórias em EJA?

Na busca de refletir sobre estes questionamentos e identificar o papel do planejamento no PBA, estruturamos nossa investigação nos preceitos da pesquisa qualitativa, apoiando-nos no estudo bibliográfico, fazendo usos, também, de uma entrevista semiestruturada realizada com a coordenação do programa no Estado da Paraíba. Esta entrevista foi concedida pela Gerente Operacional do Ensino

² Utilizaremos a sigla PBA quando nos referirmos ao Programa Brasil Alfabetizado.

Fundamental e Médio de Jovens e Adultos da GEEJA (Gerência Executiva da Educação de Jovens e Adultos).

Os resultados fortalecem nossa opção pela área da Educação de Jovens e Adultos, na busca de alternativas que permitam a efetivação de práticas emancipatórias que garantam o direito e a aprendizagem de todos os educandos.

2 REVISITANDO AS CONCEPÇÕES DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

A História da educação no Brasil tem se revelado por uma trajetória associada a interesses econômico-políticos e sociais que, em última instância, reverberaram nas práticas educacionais. Os processos educacionais e a organização destes estão intrinsecamente articulados e irá, ao longo do tempo, determinar, por exemplo, as formas de planejar a educação.

No Brasil, o planejamento surge em meados do século XX para o setor da administração industrial e econômico, com o objetivo de alavancar o desenvolvimento e controlar não só o setor econômico, mas as economias do mundo do trabalho capitalista. Aos poucos, o planejamento foi avançando para outros setores da sociedade, e a educação não ficou imune a este processo. Os primeiros tratados referentes ao planejamento no setor da educação, no país, aconteceram com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. O Manifesto fora sugestivamente intitulado “A reconstrução educacional do Brasil: ao povo e ao governo”, e considerado marco inicial da preocupação com um projeto nacional de educação, com visão sistêmica da totalidade.

Segundo o documento, nenhum problema nacional sobressai em importância e gravidade ao da educação. A educação necessitava de uma nova forma de organização e administração, uma vez que os esforços em torno da educação, nos 43 anos de República, giraram em torno de experiências isoladas, fragmentadas e desarticuladas. O que se encontrava era planejamento “sem visão global, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade” em que “não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país.” (TEIXEIRA, 1932, p.1).

Seguindo a trajetória da educação brasileira, o planejamento se constitui de diferentes concepções que foram sendo formadas em distintos momentos de sua história, de acordo com o contexto social, político, econômico e cultural. À luz deste breve estudo histórico, significativas mudanças foram, sucessivamente, ocorrendo no campo do planejamento educacional que, influenciado pelas tendências pedagógicas educacionais foram determinantes de suas características, sendo estas: a tendência tradicional, tecnicista e crítico-reprodutivista que serão sucintamente tratadas a seguir. (SAVIANNI, 1993).

Na primeira tendência, o planejamento se configura como princípio prático-funcional, em que o professor planejava as suas aulas a partir do conteúdo que queria transmitir. Prevalencia o planejamento feito a partir da construção de apontamentos em fichas que, por sua vez, eram aplicadas na sala de aula. Assim, o professor sabia como iniciar, continuar e terminar a sua aula. Esses apontamentos eram utilizados toda vez que o professor quisesse ministrar aquela aula novamente, servindo de guia de sua prática docente, perpetuando-se e repetindo-se no decorrer dos anos de sua atuação.

Nesta concepção de planejamento, observamos a ausência de uma preocupação com a formalização do planejamento. O professor tinha como foco a tarefa a ser desenvolvida; construía um roteiro, que não era bem planejamento, e o aplicava a qualquer sala de aula independente de sua realidade. Sendo assim, o plano seguia uma funcionalidade, “era objetivamente uma referência para o trabalho do professor, estava presente em sala de aula, e servia de guia para sua ação” (VASCONCELLOS, 2010, p. 28).

Outra concepção de planejamento surge no Brasil no final da década de 1960, o planejamento instrumental/normativo, que está atrelado à tendência tecnicista de educação, na qual o planejamento aparece como solução para os problemas de falta de produtividade da educação escolar brasileira, considerando, sobretudo, os altos índices de evasão e reprovação. Esta solução estava diretamente relacionada a uma tecnologia educacional importada, que trazia consigo a ideia de produtividade, eficiência e eficácia do ensino.

Ao aderirem a essa tecnologia, os professores substituem a elaboração de suas aulas através de apontamentos e passaram a redigir planos com orientações tecnicistas e lógicas. Os técnicos da educação elaboravam o planejamento que seria aplicado pelos professores em sala de aula, procedimento que desvinculava a elaboração do plano da realidade dos alunos, excluía a participação dos professores na construção das aulas a serem desenvolvidas, tornando um ensino acrítico, produtor da alienação e controlado exteriormente – o estado controla o que a escola deve ensinar.

Nessa fase da história do planejamento educacional nas escolas brasileiras “planejar passou a significar preencher formulários com objetivos educacionais gerais, objetivos instrucionais operacionalizados, conteúdos programáticos, estratégias de ensino, avaliação de acordo com os objetivos, etc.”, tal qual concebia

a concepção tecnicista da educação (VASCONCELLOS, 2010, p. 30). Além deste fato, acrescenta-se o de que, aos poucos, os livros didáticos foram trazendo os planos de curso/ensino prontos, levando o professor a copiar e aplicar. Tudo isto, favoreceu o afastamento dos professores do ato de planejar e conseqüentemente do trabalho intelectual, reforçando uma docência centralizada no trabalho técnico executor. (LIBÂNEO, 2001).

Deste modo, insatisfeitos com o sistema e sem o desejo de reproduzi-lo, educadores foram buscar alternativas de mudança, pensando uma nova forma de planejar e fazer a educação. Essa nova forma se constituiu em um movimento que reivindicava melhorias para a sociedade brasileira, e reuniu educadores e representantes da sociedade civil, entre os quais estava Paulo Freire, recém-chegado do exílio, com a finalidade de pensar o desenvolvimento educacional do país. (COELHO e MESQUITA, 2008).

Surge então a concepção de Planejamento Participativo, fundada nos princípios da participação, construção, diálogo, coletividade, desenvolvimento da consciência crítica, descentralização das decisões e da gestão democrática, esta perspectiva está associada à tendência crítico-reprodutivista. Vale salientar que o planejamento participativo tem sua origem num período histórico, onde educadores brasileiros, ligados à educação popular, movimentos de base da igreja católica e a partidos de oposição aos regimes autoritários, lutam pela superação do modelo tecnocrático de educação:

Esta nova forma de se encarar o planejamento é fruto da resistência e da percepção de grupos de educadores que se recusaram a fazer tal reprodução do sistema, e foram buscar formas alternativas de fazer educação e, portanto, planejá-la. (VASCONCELLOS, 2010, 31).

O Planejamento participativo associa-se a concepção da gestão democrática que apela para a participação dos membros, setores e grupos nos processos de elaboração, execução e avaliação do planejamento, propiciando o envolvimento e pertencimento com a escola e suas particularidades. Para além, permite ao grupo um sentido de formação para a cidadania “uma vez que se faz necessário educar para a participação social (...) para os valores e direitos humanos”. (LIBÂNEO, 2001, p.38).

Esta perspectiva supera o planejamento tecnocrático e tradicional, apontando uma nova forma de pensar e estruturar a educação, pautada nos princípios democráticos. Neste novo agir: “(...) o planejamento é entendido como

instrumento de intervenção no real para transformá-lo na direção de uma sociedade mais justa e solidária.” (VASCONCELLOS, 2010, p. 31).

É justamente a concepção de planejamento participativo que configura a parte teórica que irá nortear as discussões feitas neste trabalho, objetivando o estudo do planejamento educacional, focado na prática pedagógica do processo de ensino e aprendizagem do Programa Brasil Alfabetizado. Empiricamente, o Programa Brasil Alfabetizado é o objeto de estudo, através dele pretende-se identificar as diretrizes do papel do planejamento no programa nacional de alfabetização, sob a perspectiva do planejamento participativo, pois acreditamos ser este uma prática de intervenção para proporcionar a emancipação dos sujeitos envolvidos nos processos educativos, sobretudo os educandos.

Assumimos neste sentido, a perspectiva do planejamento participativo como diretriz para o planejamento de ensino, entendendo que a mesma defende a construção coletiva das ações que transformarão a realidade, na qual o sujeito educando está inserido. E a Educação de Jovens e Adultos, por sua vez, contempla o desenvolvimento de sujeitos críticos capazes de interferir na realidade, transformando-a, e emancipando-se da sua condição inicial.

3 PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: DEFINIR PARA MELHOR COMPREENDER

Para uma compreensão mais clara e abrangente do significado de planejamento, tendo em vista a variedade de concepções encontradas, retomamos algumas definições, à luz de diferentes autores, que embasam teoricamente este tema.

MENEGOLLA e SANT'ANNA (2005) definem o planejamento educacional da seguinte forma: "Planejar, portanto, é pensar sobre aquilo que existe sobre o que se quer alcançar, com que meio se pretende agir e como avaliar o que se pretende atingir." (MENEGOLLA e SANT'ANNA 2005, p. 22)

Para MASETTO (1997):

O ato de planejar é uma atividade intencional: buscamos determinar fins. Ele torna presentes e explícitos nossos valores, crenças; como vemos o homem; o que pensamos da educação, do mundo, da sociedade. Por isso, é um ato político ideológico. MASETTO (1997, p. 76)

Na definição de GANDIN (2000) encontramos que:

"a) Planejar é transformar a realidade numa direção escolhida; b) Planejar é organizar a própria ação (de grupo, sobretudo); c) Planejar é implantar "um processo de intervenção na realidade" (ELAP); d) Planejar é agir racionalmente; e) Planejar é dar certeza e precisão à própria ação (de grupo, sobretudo); f) Planejar é explicitar os fundamentos da ação do grupo; g) Planejar é pôr em ação um conjunto de técnicas para racionalizar a ação; h) Planejar é realizar um conjunto orgânico de ações, proposto para aproximar uma realidade a um ideal; i) Planejar é realizar o que é importante (essencial) e, além disso, sobreviver (...) se isso for essencial (importante)". (GANDIN 2000, p. 19 e 20)

Na concepção de DALMÁS (2008), identificamos a seguinte definição: "Sempre que se buscam determinados fins, relacionam-se alguns meios necessários para atingi-los. Isso, de certa forma, é planejamento." (DALMÁS, 2008, p. 23)

Essas definições de planejamento, apesar das singularidades conceituais, convergem a um fim específico: prever a prática de ações para então intervir na realidade. Planejar é uma ação do pensamento e da mente que prevê a prática de uma série de outras ações, fazendo uso de diversas estratégias, com a finalidade de chegar à realização de um ou mais objetivos, antes já, idealizados.

O ato de planejar é, em si mesmo, uma ação quase que inevitável ao ser humano. Sem ele, corre-se o risco de ver suas ações desarticuladas,

desorganizadas e, em última instância, mal implantadas, colocando em riscos a conquista de objetivos e conseqüentemente a realização de projetos.

Analisando as definições de planejamento, podemos observar que o planejamento é uma ação intencional, que pensa sobre a realidade existente e busca determinar fins a serem alcançados para a construção de uma nova realidade. Para alcançar estes fins, são refletidas e elaboradas as estratégias de intervenção na realidade. Por ter como objetivo prever mudanças de uma situação real é importante que o planejamento seja avaliado em todo processo de elaboração e execução. Essa avaliação orientará o que precisa ser alterado no planejamento e por que deve ser fundamentada em conhecimentos científicos e critérios avaliativos bem definidos.

É fundamental, portanto, a definição feita por Marcos Masetto (1997) quando este afirma ser o planejamento um ato político ideológico que expressa nossos valores, crenças, a visão que temos do ser humano, o que pensamos a respeito da educação, do mundo e da sociedade. É um ato político por se constituir como uma estratégia, e é ideológico por trazer dentro de si a ideologia do grupo ou pessoa que o elabora. Portanto não é neutro, como afirma Fusari (1984), antes estará vinculado ao compromisso político que o grupo ou educador tem com a educação.

A função essencial do planejamento é transformar a realidade numa direção escolhida. “O bom plano é aquele que se amolda dialeticamente ao real, transformando-o.” (FUSARI, 1984, p. 35). Nessa perspectiva, corroboramos que se deve planejar para a construção da consciência crítica da pessoa, possibilitando espaço para discutir as problemáticas existenciais, sociais, econômicas, políticas e religiosas que fazem parte do seu cotidiano social, de forma que o ser humano possa se posicionar, considerando as problemáticas reais, possibilitando o processo de transformação.

Planejar uma educação a partir da realidade do ser humano e da sociedade da qual faz parte, com a intenção de libertar o ser humano para aprender a agir criticamente, significa ter o planejamento como prática educativa que promove a emancipação e, conseqüentemente, a emancipação do educando e de sua condição primeira a uma condição libertadora, consciente e crítica que compromete a pessoa diante do seu mundo e com o seu mundo.

A educação deve promover a liberdade, o compromisso e conscientização do sujeito diante de seu mundo, auxiliando a emancipação, visando uma nova realidade

e condição social. É o que propõe Paulo Freire: “uma educação como um processo de emancipação humana a serviço da transformação social – uma educação libertadora – em contraposição a uma educação bancária, que serve à dominação.” (STRECK; et. al., 2010).

Sendo que,

Partindo destes princípios, é preciso planejar uma educação que, pelo seu processo dinâmico, possa ser criadora e libertadora do homem. Planejar uma educação que não limite, mas que liberte, que conscientize e comprometa o homem diante do seu mundo. Este é o teor que se deve inserir em qualquer planejamento educacional. (MENEGOLLA e SANT’ANNA, 2005, p. 27).

O planejamento só tem sentido quando colocado numa perspectiva de mudança. Por isso “não há dúvidas de que planejar significa transformar, revolucionar. Só consegue seus objetivos quem realmente assume um processo de planejamento.” (DALMÁS, 2008, p. 25).

3. 1 O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

A partir destas reflexões, as discussões em torno da definição de Planejamento Participativo tornou-se imperativa. Em nossas buscas, dialogamos com os estudos empreendidos pelos autores Ângelo Dalmás (2008) e Ilca Vianna (1986), ampliando a compreensão em torno deste debate.

Compreende-se o planejamento participativo como processo de ação democrática, participativa, coletiva e grupal. Segundo VIANNA (1986) o planejamento participativo se contrapõe a visão funcionalista do planejamento educacional, como uma nova forma de ação fortalecida na participação de várias pessoas, agindo politicamente em função de necessidades, interesses e objetivos comuns.

O planejamento participativo possui um aspecto global e político, nada mais é que:

Um planejamento flexível, adaptado a cada situação específica que envolva decisões comunitárias e que se constitua em processo político vinculado à decisão da maioria. Um planejamento que tenha por objetivo final a formação do brasileiro, individual ou socialmente considerado, a partir do engajamento de maioria para as mudanças. (VIANNA, 1986, p. 18).

Por possuir uma condição de caráter global, conforme assinala Vianna, visa à participação de todos no processo, e assume um também um caráter político porque reivindica a mudança e a transformação social, defendendo uma visão de mundo, ser humano e educação; pois como explicitado: “A educação não é neutra. Por ela se reforça ou se modifica a situação da sociedade.” (DALMÁS, 2008, p. 36). Por este motivo, toda prática educativa tem dimensão política, por trazer o posicionamento de seus membros frente à realidade; e se a prática educativa é política, logo o planejamento, que norteia essa prática, se constituirá em Planejamento Participativo, definido por Vianna (1986) como “uma estratégia de trabalho que se caracteriza pela integração de todos os setores da atividade humana social, num processo global, para a solução de problemas comuns.”. (VIANNA, 1986, p. 23).

Ao contrário de um processo disperso, funcional e estanque, como temos visto em algumas práticas de planejamento educacionais fragmentadas e exortadas pela característica burocratizante da educação. Essa concepção de planejamento ultrapassa o simples preenchimento de formulários feitos de forma acrítica, para em seguida serem engavetados vai além da atividade de planejar e arquivar. Reconhece a realidade, identifica suas problemáticas, idealiza soluções numa construção grupal, tendo como estratégias o diálogo e a contribuição pessoal de todos envolvidos, para que juntos encontrem a melhor solução. Dalmás (2008) ao tratar do Planejamento Participativo apresenta como ideal aquele que envolve as pessoas:

Como sujeitos a partir de sua elaboração, e com presença constante na execução e avaliação, não apenas como indivíduos, mas como sujeitos de um processo que os envolve como grupo, visando o desenvolvimento individual e comunitário. (DALMÁS, 2008, p. 27).

Por essa via, o espírito que rege o Planejamento Participativo parte de uma filosofia humanista e “propõe que o homem, juntamente com seus iguais, discuta seus problemas comuns e construa, a partir de um processo de trocas e buscas comuns, o futuro da comunidade na qual está inserido.” (VIANNA, 1986, p. 25). Sendo assim, é o sujeito *educando* que precisa deixar de ser mero espectador da plateia dirigida para se tornar autor de sua própria história, cultura e do seu tempo, adquirindo gradualmente o domínio, cada vez mais claro e consciente do seu próprio destino. (VIANNA, 1986).

Esse processo nada mais é que a emancipação do sujeito, deslocando-o de sua condição inicial para uma condição segunda e promissora de seu futuro. Por

isso, defendemos, neste trabalho, o planejamento sob a ótica da participação democrática. O Planejamento Participativo como diretriz e espaço para proporcionar a emancipação dos sujeitos envolvidos, sobretudo os educandos, sujeitos de sua aprendizagem que deve ser crítica e reflexiva.

Neste sentido, o Planejamento Participativo irá garantir a articulação, envolvimento e pertencimento da comunidade escolar, ao instrumentalizar as pessoas a colaborar com desenvolvimento de ações significativas. Ao estimular a participação, instiga o pensamento e posicionamento político, investe no protagonismo. Tendo como estratégia o diálogo, por meio de relações horizontais, no qual todos se envolvem na ação educativa, com decisões comunitárias, estabelece ações descentralizadas e democráticas redefinindo as práticas escolares sustentadas em “valores, sentimentos e situações de ordem sócio-econômico-político-cultural.”. (DALMÁS, 2008 p. 27).

Nesta perspectiva, para uma melhor sistematização da definição de Planejamento Participativo, apresentamos, em síntese, os aspectos imprescindíveis ao mesmo.

- a) Processo utópico.
- b) Possui aspecto político e global.
- c) Democrático e coletivo.
- d) Contrapõe as relações verticalistas do planejamento tradicional e tecnocrático.
- e) Processo de participação grupal.
- f) Relações horizontais.
- g) Proporciona maior envolvimento de todos na ação educativa.
- h) Possui visão humanística do ser humano como valor essencial e agente principal do processo.
- i) Integra todos os setores da atividade humana.
- j) Exige dos integrantes posicionamentos individual e social diante das situações problema.
- k) Coloca o ser humano (educando) como sujeito e ator principal de sua história, cultura e tempo.
- l) Intervém na realidade promovendo sua mudança.
- m) Estratégia: diálogo e contribuição pessoal de todos envolvidos no processo para o consenso e construção das soluções necessárias.

n) Avaliação no período de elaboração e de execução. (DALMÁS, 2008 e VIANNA, 1986).

Para além,

Este modelo de planeamento obriga um posicionamento crítico e de participação dos envolvidos, uma consciência crítica da realidade, determinando uma ação coerente e eficaz, a fim de promover as mudanças e as transformações desejadas, com vistas a uma aproximação do ideal projetado. (DALMÁS, 2008, p. 27 e 28).

Apesar do seu caráter democrático imprescindível para a formação cidadã e para a manutenção de um estado orientado pelos princípios republicanos, a prática do Planejamento Participativo é pouco vivenciada na educação, principalmente por defender a mudança; mudança a partir do diálogo, participação e construção coletiva, que se constitui num processo dialógico requerendo e formando pessoas com pensamentos críticos, reflexivos e conscientes em seu processo de educação. O que leva o sujeito educando, ator principal de sua aprendizagem, a uma situação de emancipação.

Assim, embora traga uma nova forma de pensar e organizar a educação, o Planejamento Participativo é um desafio na sociedade atual dentro do sistema vigente, uma vez que seus princípios vão de encontro à estrutura educacional influenciada pelo sistema neoliberal que induz, na maioria das vezes, o sujeito a uma condição mecânica e acrítica, reforçando a sua condição de origem social e de classe, determinando suas vontades, minimizando seus direitos e escolaridade.

Na direção de Dalmás (2008), Vianna (1986) evidencia a opção de luta contra a situação de opressão e afirma ser preciso “a força da maioria consciente, atuante participativamente, exigindo direitos, dirigindo politicamente sua comunidade.” (VIANNA, 1986, p. 37). Esse é o desafio, de pensar e promover uma educação alicerçada na democracia participativa que implica executá-la influenciada pelo espírito da liberdade que emancipa, transforma e dá aos sujeitos perspectivas de novos horizontes.

Neste sentido o Planejamento Participativo, no âmbito deste trabalho, comunga ideologias de democracia, participação e liberdade em função de educação mediadora das práticas educativas de Jovens e Adultos que historicamente sofrem a exclusão do acesso e de processos de escolarização que ressignifiquem sua vida pessoal e profissional. Assim, no subitem subsequente,

refletiremos esta condição da educação de jovens e adultos a partir sua retomada histórica.

4 TRAÇOS HISTÓRICOS DA EJA NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação, reconhecida pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nº 9.394/96. Essa lei assegura o direito de oferta de educação regular para o público jovem e adulto, com características e modalidades que se adequam às necessidades e disponibilidades deste público, principalmente dos que trabalham, garantindo-lhes o acesso e permanência na escola. É o que podemos constatar no artigo 4º desta lei, quando afirma que o dever do Estado com a educação escolar pública para jovens e adultos se efetivará mediante a garantia de:

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1996, p. 2)

A Educação de Jovens e Adultos está destinada aos que não tiveram acesso ou continuidade de seus estudos no Ensino Fundamental e Médio, na idade tida como regular. É o que podemos conferir no artigo 37º da LDB. A Educação de Jovens e Adultos é constituída como modalidade específica por criar oportunidades apropriadas, considerando as características, interesses, condições de vida e trabalho de acordo com as necessidades do público desta modalidade de educação. Fica a cargo dos sistemas de ensino assegurar a oportunidade de acesso a Educação de Jovens e Adultos:

§ 1º os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996, p. 15)

A Educação de Jovens e Adultos se constitui da Alfabetização, do Ensino Fundamental I e II, do Ensino Médio e Ensino Profissional. Nosso estudo tem como foco o processo inicial de escolarização na EJA, denominado de Alfabetização. Este conceito começou a ser propagado no Brasil no decorrer do século XX, acompanhando a constituição tardia do sistema público de ensino.

Em 1890, foi realizado um censo que constatou o mesmo número de analfabetos, sem alterações, em relação ao primeiro Censo em 1872, que foi de

82,3%. Com o início da República, a alfabetização virou discurso entre políticos. A população pobre e analfabeta era tida como incivilizada considerada vergonha para o país e sem direito a voto. Até o ano de 1950, metade da população brasileira era analfabeta, devido à falta de acesso a escolarização na infância ou na vida adulta, por isso excluída da vida política, com o direito ao voto vetado. (UNESCO, 2008)

Sobre o processo histórico de alfabetização, podemos dizer que muitas campanhas foram realizadas no Brasil. Essas campanhas tiveram início com a criação das primeiras políticas públicas para a alfabetização de jovens e adultos no país. Segundo BEISIEGEL (1982), a primeira vez que as massas de jovens e adultos analfabetos foram objeto de política pública deu-se com o lançamento da campanha de Educação de Adultos do Ministério da Educação e Saúde coordenada por Lourenço Filho, em 1947.

Desde então, muitas outras campanhas surgiram, sempre com um objetivo em comum: erradicar a taxa de analfabetismo do país. Dentre as campanhas podemos citar: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), em 1947; a Campanha Nacional de Educação Rural, em 1952; a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958; o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967 – campanha esta desenvolvida no período da ditadura, identificada como umas das maiores campanhas de massa do país. Considerando o formato de campanha, com caráter superficial e finalidades pontuais, grande parte destas campanhas foi extinta.

A partir da década de 1990, surgem diversos Programas de Alfabetização: em 1996, o Programa da Alfabetização Solidária; os Movimentos de Alfabetização (MOVAS), com uma atuação mais forte até o ano 2000; e o Programa Brasil Alfabetizado, lançado em nível Nacional no ano de 2003.

Esses programas possuem como alvo principal a alfabetização de pessoas jovens e adultas. Embora o conceito de alfabetização lhes pareça comum é preciso considerar as mudanças didático-pedagógicas que marcam as ações desenvolvidas para este fim.

Atualmente, sobretudo a partir da realização da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), o conceito de alfabetização dialoga com a concepção de aprendizagem ao longo da vida, que está baseada em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos. Isto é possível constatar no documento da CONFINTEA VI, o Marco da Ação de Belém, no conceito apresentado

pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e Cultura.

Este conceito é considerado visionário e evoluído em relação à ideia rudimentar de que alfabetizar consiste apenas em ensinar a decodificação do ler e escrever. Prevalece uma concepção de alfabetização pautada no desenvolvimento integral do ser humano, ampliando sua capacidade de leitura de mundo e o exercício da cidadania. A alfabetização é posta como alicerce primordial à consolidação de aprendizagens que serão continuamente construídas ao longo da vida. Com isto, “afirmamos que a alfabetização é o alicerce mais importante sobre o qual se devem construir aprendizagens abrangentes, inclusivas e integradas ao longo de toda a vida para todos os jovens e adultos”. (UNESCO/MEC, 2010, p. 6)

Nota-se uma educação em que se alfabetiza considerando as diversas aprendizagens e novas formas de aprender do aluno. Este processo ocorre articulado a uma proposta de aprendizagem ao longo da vida em que o processo de aprender vai envolvendo o educando, num contínuo que perpassa pela aprendizagem formal, a não formal e informal. Nessa oscilação, o educando não para de aprender “do berço ao túmulo”.

A alfabetização é um pilar indispensável que permite que jovens e adultos participem de oportunidades de aprendizagem em todas as fases do continuum da aprendizagem. O direito à alfabetização é parte inerente do direito à educação. É um pré-requisito para o desenvolvimento do empoderamento pessoal, social, econômico e político. A alfabetização é um instrumento essencial de construção de capacidades nas pessoas para que possam enfrentar os desafios e as complexidades da vida, da cultura, da economia e da sociedade. (UNESCO/MEC, 2010, p. 7).

Fica evidente que o processo de alfabetização pretende, por meio da apropriação das linguagens e dos diversos saberes, possibilitar ao jovem, adulto e idoso educando a construção de sua autonomia e emancipação. Prepara-os para encarar os desafios da vida, mediante suas complexidades.

O processo alfabetizador é dialógico, compreendendo a concepção de dialogicidade proposta por Paulo Freire, em que o diálogo é uma força que incentiva o pensar crítico, problematizando a condição humana do mundo. É a discussão, a partir dos elementos da realidade, dos quais se extraem conteúdos, para então

mudar essa realidade, de forma que venha a favorecer a condição de vida dos educandos daquela localidade. (STRECK; et. al., 2010).

É uma ação que se contrapõe a educação bancária engessada e possibilita ao educando alfabetizando exercer o papel de sujeito de sua aprendizagem, com autonomia e criticidade. Defende que uma vez apropriado de conhecimento, saberes e direitos exercitará de forma plena a sua cidadania. Estas ideias comungam com Freire em sua proposição de que a construção de novos saberes deve partir da ação dialógica em que mundos diferentes se partilham, comungando do sonho e esperança de construir um “ser mais”. (STRECK; et. al., 2010).

Esse “ser mais” é a emancipação do jovem, adulto e idoso, proporcionada a partir da aprendizagem e comunicação crítica, diante de seus problemas sociais, que leva o sujeito a sair de sua condição inicial para se inaugurar em outra condição. É uma alfabetização que contempla uma formação crítica, emancipatória, equitativa e transformadora dos sujeitos educandos da EJA.

5 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO: GÊNESE E ATUAÇÃO

Com a criação do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), a Alfabetização de Jovens e Adultos assumiu uma nova posição na agenda das políticas nacionais. (UNESCO 2008). O Programa recoloca a alfabetização como prioridade. O Governo Federal assume, como sua, a responsabilidade política e constitucional de induzir, sustentar e coordenar um esforço nacional para a oferta de alfabetização de qualidade (MEC, 2011).

Inicialmente, com relação a sua estrutura, o PBA não se diferencia muito dos demais programas de alfabetização que marcam a história da EJA no Brasil. Todavia, a partir do processo de intervenção e mobilização dos educadores e entidades que atuam neste campo de saber, o Programa foi sendo reformulado, sofrendo alterações visíveis à medida que as resoluções eram elaboradas, a cada ciclo de sua execução. Na construção deste trabalho, nos pautamos na Resolução nº 44, publicada em de 05 de setembro de 2012.

Assim, com base na referida resolução, o Programa Brasil Alfabetizado é desenvolvido pelos seguintes atores sociais: a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC); o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC); os estados, o Distrito Federal e os municípios, doravante denominados entes executores; a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA). Desse modo, nesse Programa, como enfrentamento do analfabetismo adulto,

A Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos (DPEJA) da SECADI assumiu como desafio central o enfrentamento da enorme dívida histórica do país no tocante à educação de jovens e adultos e o compromisso de criar instrumentos e políticas que conduzam ou reconduzam os jovens e adultos para os sistemas de ensino. (MEC, 2011, p. 5 e 6).

A SECADI/MEC é órgão do Ministério da Educação responsável por formular políticas que promovam ações voltadas à alfabetização de jovens, adultos e idosos, bem como à continuidade da escolarização na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) é justamente uma dessas políticas públicas. E está voltado para jovens, adultos e idosos que não tiveram oportunidades de serem alfabetizados, na idade considerada regular, sendo historicamente excluídos por não terem nenhuma ou pouca escolaridade.

A concepção de política pública que norteia o PBA reafirma o dever do Estado em oferecer e garantir a educação como direito de todos, cunhando-se numa perspectiva democrática em que a alfabetização de jovens e adultos deixa de ser tratada como uma ação periférica e compensatória, constituindo-se como um dos eixos estratégicos da política educacional do país. Prioriza, junto a outras políticas públicas, incluir os grupos sociais historicamente marginalizados.

O Programa Brasil Alfabetizado se configura como estratégia significativa à garantia do direito de educação, pois a alfabetização de jovens, adultos e idosos é parte integrante da política pública de EJA. A alfabetização é apenas o início do que se pretende para a Educação de Jovens e Adultos e, o PBA, uma porta de acesso para tal fim. Expressão da política pública que visa à continuidade dos estudos dos novos alfabetizados:

Para garantir o acesso e a permanência dos jovens e adultos nos processos educativos, o Programa Brasil Alfabetizado se apresenta como uma política que, por ser contínua, visa à continuidade dos estudos dos recém-alfabetizados. Neste sentido, supera o caráter de campanha comumente associado às iniciativas de alfabetização de jovens e adultos, adotando uma visão clara de política pública integrada ao esforço educacional do País. (MEC, 2011, p. 7).

Quanto aos objetivos que dirigem o Programa Brasil Alfabetizado destacam-se:

- a) “criar oportunidade de alfabetização a todos os jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou permanência no ensino fundamental;
- b) promover com qualidade o acesso à educação de jovens, adultos e idosos e sua continuidade no processo educativo;
- c) mobilizar gestores estaduais e municipais para ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos – EJA;
- d) qualificar a oferta de alfabetização para jovens, adultos e idosos por meio da implementação de políticas de formação, de distribuição de materiais didáticos e literários, de incentivo à leitura e de financiamento.”(MEC, 2011, p. 8).

Com isto, podemos observar que o Programa Brasil Alfabetizado é o início do processo de escolarização do jovem, adulto e idoso na EJA, e por tal motivo, possui uma flexibilidade quanto ao seu funcionamento. É um programa pensando e executado em instância nacional que visa atuar em consonância com as instituições

de educação estaduais, distritais e municipais em todo país. A adesão ao programa é feita, somente a partir de mediação das secretarias estaduais, distritais e municipais com o Governo Federal/FNDE/MEC. Fica na responsabilidade dessas secretarias, elaborar planos e metas, de acordo com os dados registrados no Censo Escolar de seu município/estado/DF.

O Programa funciona com o sistema de trabalho voluntário em que alfabetizadores, alfabetizador-coordenadores, e tradutores-intérpretes de libras exercem seu trabalho voluntariamente, sem vínculo empregatício, recebendo uma bolsa incentivo para custear pequenas despesas. Estes são selecionados por meio de chamada pública e, para exercer suas funções, precisam ter formação comprovada. Neste aspecto, não supera a desvalorização e a baixa remuneração destinada aos alfabetizadores, que atuam nos programas de educação de adultos. Além disso, o seu formato impossibilita maior controle no que se refere ao processo seletivo que ocorre nos estados e municípios, prevalecendo, por vezes, as artimanhas da política partidária.

Com relação à formação, os alfabetizadores devem possuir a formação mínima de nível médio completo. O alfabetizador-coordenador deverá ter formação em nível superior, concluída ou em curso, na área da Educação. Os tradutores-intérpretes de Libras devem ter no mínimo, formação de nível médio e comprovar formação em Libras, com certificado obtido por meio do Programa Nacional de Proficiência em Libras (Prolibras). Todos devem ser preferencialmente professores da rede pública de ensino e ser capaz de desempenhar todas as atividades descritas para suas respectivas funções. (BRASIL, 2012).

5. 1 O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO NO ESTADO DA PARAÍBA

Para a construção das discussões aqui apresentadas, fizemos uso de documentos oficiais que versam sobre a criação, estrutura e organização do Programa no Estado da Paraíba, bem como de entrevista semiestruturada, realizada com a representante da Gerência Operacional do Ensino Fundamental e Médio da Educação de Jovens e Adultos.

Atualmente, a nova política de Governo do Estado da Paraíba adotou o “Plano Estratégico de Alfabetização **Ler, Entender e Fazer**” com o objetivo de contribuir para a universalização da alfabetização de jovens, adultos e idosos no

estado, expandindo seus conhecimentos voltados ao mundo do trabalho. Este plano é executado em articulação com o Programa Brasil Alfabetizado, mecanismo do Governo Federal/FNDE/MEC para promover a alfabetização em estados e municípios que apresentam elevados índices de analfabetismo. Deste modo, o Plano Estratégico de Alfabetização Ler, Entender e Fazer, que baliza as ações do Governo Estadual, foi pensado e posto em execução a partir de 2011. (Governo da Paraíba, 2013).

O processo pedagógico de alfabetização acontece no período de oito meses, com base curricular organizada a partir das Matrizes de Referências de Leitura, Escrita e Matemática. Segue a concepção freireana e envolve metodologias diversificadas que, por sua vez, contemplam como referência os Eixos Norteadores da Educação no Estado da Paraíba. Sendo estes: Identidade, Trabalho, Cidadania, Tecnologia, Comunicação, Campo, Cidade e Cultura.

O PBA se constitui em um dos programas desenvolvidos no campo da EJA sob a responsabilidade da Gerência Executiva de Educação de Jovens e Adultos (GEEJA).

A orientação de como planejar no Programa acontece através das formações realizadas: a formação inicial com duração de 40 horas e as formações continuadas com duração de oito horas. A primeira formação é realizada com todos, alfabetizadores e coordenadores. Na formação, ambos se aprofundam teoricamente sobre o Programa, o Plano estratégico Ler, Entender e Fazer do Governo do Estado. Conhecem e estudam o uso da Matriz de Referência, que traz a proposta para leitura escrita e matemática, e dos eixos temáticos. Participam de debates e estudos de textos auxiliares na sua formação inicial, sobre orientação dos formadores.

5.1.2 ENTREVISTA: CONFIRMANDO IDEIAS E PRESSUPOSTOS

Para compreender como o processo de acompanhamento didático-pedagógico do Programa Brasil Alfabetizado no estado da Paraíba vem sendo efetivado, realizamos uma entrevista com a Gerente Operacional do Ensino Fundamental e Médio de Jovens Adultos, da Gerência Executiva de EJA (GEEJA) do estado da Paraíba. A entrevista ocorreu na manhã do dia 04 de Fevereiro do ano de 2014, na sede da GEEJA, e teve como objetivo apreender os pressupostos e

finalidades do planejamento educacional, envolvendo as coordenadoras e alfabetizadoras.

A entrevista teve como base um roteiro que objetivou focar as questões pertinentes ao assunto em pesquisa. Por não haver autorização da entrevistada, a entrevista não foi gravada, motivo pelo qual as respostas foram registradas por escrito. Por entender que a fala registrada representa um posicionamento institucional, iremos nos referir ao analisar os dados da entrevista à Gerência Operacional da GEEJA.

Para uma sistematização mais clara da entrevista, essas informações seguem distribuídas em três tópicos abaixo.

Da Concepção de EJA e das possibilidades e limites do programa no Estado

Para identificarmos a concepção de EJA, que baliza as ações da GEEJA, questionamos acerca da compreensão de Educação de Jovens e Adultos e obtivemos como resposta:

A EJA não se restringe ao processo inicial de alfabetização, é uma modalidade que se compõe de alfabetização, ensino fundamental, ensino médio e ensino técnico. A LDB em seus dois artigos, diz que o público alvo para a Educação de Jovens e Adultos são jovens e adultos que não tiveram oportunidade de estudo no ensino regular e devem ter atendimento nas escolas (Gerência Operacional, 2014).

Podemos observar uma compreensão acerca da Educação de Jovens e Adultos que segue as orientações legais, entendida como um processo amplo e contínuo de formação, que abrange a alfabetização e continua até o ensino profissional.

No decurso da entrevista, foi nos apresentado um relato do retrato das questões elementares do Programa Brasil Alfabetizado, o que, de certo modo, favoreceu a resposta da segunda questão: “Que possibilidades e limites tem apresentado o trabalho no PBA na Paraíba?”.

Sobre o funcionamento do Programa no Estado afirma que:

A partir de 2011, o Governo do Estado veio com um novo olhar, mas específico, com foco numa diretriz de base freireana, desenvolvendo o Programa Ler, Entender e Fazer, financiado pelo Programa Brasil Alfabetizado, em parceria com a Universidade Estadual da Paraíba. (Gerência Operacional, 2014).

Na sequência, memorando as resoluções anteriores que não delimitavam nível de escolaridade para atuar como alfabetizador e coordenador no Programa esclarece a importância das mudanças que passou a vigorar com a resolução de 2012. Além disso, reflete que esta mudança não representou a garantia de conhecimentos pedagógicos e didáticos necessários para atuação no campo da alfabetização:

Não havia delimitação da escolaridade do alfabetizador e coordenador. Com a resolução de 2012, ficou esclarecido que para ser alfabetizador ou coordenador tinha que ter no mínimo o nível médio, mesmo assim, esses não tinham conhecimentos pedagógicos didáticos para atuação do professor, não tinha conhecimento de professor. (Gerência Operacional, 2014).

Podemos identificar a necessidade de uma formação específica com elementos didáticos e pedagógicos necessários à atuação na sala de aula com jovens e adultos, pois de acordo com relatos de experiências do ano de 2011, colhidos pela GEEJA, “foi observado o foco tradicional e infatilizador nas aulas e planejamento do PBA.”. (Gerência Operacional, 2014).

Assim, de acordo com a Gerência Operacional, enquanto a formação inicial é realizada com os alfabetizadores e coordenadores, a formação continuada é realizada com os coordenadores que assumem a responsabilidade de desenvolver a formação com os alfabetizadores no município:

Na formação continuada traz o coordenador trabalha com ele, a fim de que o mesmo faça retorno ao alfabetizador. No entanto se prevê um contato direto para a formação continuada com os alfabetizadores no segundo semestre de 2014. (Gerência Operacional, 2014).

Nas formações, inicial e continuada, são repassados os direcionamentos de como planejar. No entanto, segundo olhar da Gerente Operacional, em sua dimensão pessoal, há uma fragilidade na formação inicial de 40 horas, e na continuada, visto que não alcançam diretamente os alfabetizadores como deveria. Considerando a fragilidade do retorno do coordenador para o alfabetizador, a necessidade de se pensar um contato direto com os alfabetizadores. “Fragil é o retorno do coordenador para o alfabetizador”. (Gerência Operacional, 2014).

Dentro das possibilidades e limites do Programa, ficou evidente a importância de fortalecer a formação inicial e continuada para desenvolvimento integral dos alfabetizadores e coordenadores, mostrando-lhes a necessidade de um trabalho específico para jovem, adulto e idoso, sem infantilizações ou negação de sua condição de adulto. Isto porque, a educação destes, segue um caminho diferente da Educação Infantil. É preciso “fortalecer a formação continuada e inicial, que é fragilizada, a partir dos oito eixos desenvolvidos pela Secretaria de Educação.” (Gerência Operacional, 2014).

Da perspectiva de planejamento que orienta o trabalho pedagógico do PBA no estado

Sobre a perspectiva de planejamento orientada no Programa, a Gerente Operacional esclarece que:

Orienta aos formadores a trabalhar o planejamento na perspectiva crítico-social dos conteúdos. O professor é pesquisador, o livro é apenas instrumento. Cabe ao professor buscar possibilidades para enriquecer a prática e atrair a atenção do aluno. (Gerência Operacional, 2014).

Nesse momento da entrevista, chegamos à questão norteadora deste trabalho. Mediante a resposta, ficou definido que o planejamento no Programa Brasil Alfabetizado segue direcionamentos feitos de forma crítica e contextualizada. Rege-se por uma perspectiva que prima pelo uso crítico dos conteúdos, em que o professor é pesquisador no processo de planejar, a fim de buscar elementos além, para enriquecer sua prática pedagógica e atrair a atenção dos alunos.

Sobre as orientações de planejamento direcionadas pelo PBA em âmbito nacional, a Paraíba segue a Matriz de Referência que é usada como base na formação inicial e continuada. De acordo com a Gerente Operacional: “A matriz segue com o olhar do não engessamento.” Ou seja, traz flexibilidade e mostra as possibilidades de planejar a partir das diretrizes da Matriz de Referência. O que não significa que a mesma, e o livro didático, devam ser os únicos instrumentos a serem considerados no planejamento da prática pedagógica dos coordenadores e alfabetizadores.

Sobre a principal diretriz do Programa referente ao planejamento, a Gerência Operacional explicita:

O Planejamento deve estar ligado com o mundo do trabalho, não pode estar desvinculado da realidade, gerando desinteresse. É preciso trazer um olhar para o mundo do trabalho, não necessariamente, o trabalho formal. (Gerência Operacional, 2014).

O planejamento das ações pedagógicas deve girar em torno do mundo do trabalho real e concreto dos alfabetizandos. Para tal, o professor precisa conhecer seu aluno, sua realidade, local onde mora, seu trabalho, sua história de vida. E assim transformá-lo em sujeito autor de sua aprendizagem.

De acordo com a Gerência Operacional da GEEJA é nisto que consiste a importância do planejamento das ações pedagógicas no PBA: “Levar os alfabetizadores à possibilidade de conhecer o aluno, apesar da descrição do jovem e adulto; e este ser respeitado como indivíduo, sujeito da aprendizagem, trabalho.”. (Gerência Operacional, 2014).

Outro ponto importante do planejamento está relacionado ao fato de que cada turma de alfabetização possui uma característica singular, específica, e por isso, demanda um planejamento único para cada uma das turmas. Mesmo que todos recebam uma diretriz de planejamento, esta deverá se flexibilizar de acordo com a turma para qual se planeja: “Embora tenha uma diretriz de planejamento, cada turma é diferente, mesmo que seja alfabetizador por três anos, cada turma é diferente.” (Gerência Operacional, 2014).

Com isso, significa que um alfabetizador não pode pegar o planejamento que fez para uma turma na etapa anterior e aplicá-lo a uma nova turma. É preciso um novo planejamento, pois o alfabetizador está diante de novos alunos, novas realidades, novos limites e possibilidades de aprendizagens. “Meu Planejamento tem que está dentro das possibilidades da realidade do sujeito da EJA, sem perder a diretriz; o direcionamento dado pela GEEJA.” (Gerência Operacional, 2014).

Da forma de realização e acompanhamento do Planejamento no estado (periodicidade, acompanhamento, currículo).

Na entrevista foram identificadas as seguintes informações sobre a realização, acompanhamento e desenvolvimento do currículo no Programa.

Inicialmente, o contato para a orientação de como planejar no Programa acontece através das formações realizadas: a formação inicial com duração de 40

horas e as formações continuadas com duração de oito horas. A primeira formação é realizada com todos, alfabetizadores e coordenadores.

Na formação, eles conhecem mais abrangentemente o Programa, o Plano estratégico Ler, Entender e Fazer do Governo do Estado. Conhecem e estudam o uso da Matriz de Referência, que traz a proposta para leitura escrita e matemática, e os eixos temáticos. Participam de debates e estudos de textos auxiliares na sua formação inicial, sobre orientação dos formadores.

A formação continuada consiste em encontros mensais com os coordenadores, com duração de oito horas. Os coordenadores passam para os alfabetizadores ao longo do mês, em encontros semanais ou quinzenais.

O acompanhamento é realizado com o monitoramento de visitas às salas de aulas. Essas visitas são realizadas pela GEEJA, e segundo a Gerência Operacional esse acompanhamento não alcança integralmente os envolvidos.

A proposta curricular baseia-se na Matriz de Referência e em oito eixos temáticos. Sobre os eixos temáticos a Gerência Operacional afirmou:

Esses eixos se configuram como pretexto para, a partir deles, criar projetos. Em oito meses do programa se pretende trabalhar um eixo em cada mês. Embora tenha um eixo como foco, os outros eixos perpassam por esse eixo no momento da aplicação. (Gerência Operacional, 2014).

A Matriz de Referência é seguida como orientação para planejar, mas isso não impede de o professor planejar a partir da realidade dos sujeitos.

6 UM PONTO DE CHEGADA: CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

Encerrar definitivamente essa discussão seria limitar as possibilidades de discussão acerca do planejamento no Programa Brasil Alfabetizado. No entanto, compreendemos que estas discussões mereçam um estudo mais detalhado e aprofundado, inclusive com pesquisas sobre o alcance da formação dos coordenadores e alfabetizadores.

Com isto, afirmamos que permanece em aberto a possibilidade, não só de aprofundamento dessa pesquisa, mas de construção de outras, pois compreendemos ser o planejamento no Programa Brasil Alfabetizado uma área desprovida de estudos. E reconhecemos que o conhecimento científico exige um processo de aperfeiçoamento, sendo inacabado, jamais finalizado, sempre se configurando em novos estudos e pesquisas.

Por isso, embora nossa finalidade com esta pesquisa tenha sido atendida no sentido de fomentar elaborações em torno das contribuições do planejamento educacional para o Programa Brasil Alfabetizado, aponta novos caminhos de investigação.

Neste trabalho, ficou elucidado que o planejamento no Programa Brasil Alfabetizado na Paraíba segue uma perspectiva de planejar relacionada ao mundo do trabalho, considerando a realidade dos educandos alfabetizados. Nela, o alfabetizador planeja suas aulas dentro de um contexto, para significar sua prática pedagógica e o processo de ensino e aprendizagem, dentro das necessidades dos alfabetizandos. Sendo que para tal, o alfabetizador se forma como professor pesquisador mediante uma prática pedagógica refletida, pensada, planejada e replanejada.

Essas são as diretrizes de como planejar dentro do Programa na Paraíba, o que não significa que estas orientações sejam traduzidas em perspectivas práticas, pois muitas são as dificuldades de mediação e efetivação dessas diretrizes, dentre as quais, a formação adequada dos que estão na posição de coordenadores e alfabetizadores se destaca; o que configura uma distância crucial entre o proposto e o efetivado.

No entanto, apesar das dificuldades, é possível uma prática pedagógica emancipatória por meio de um planejamento que promova mudança na formação dos educandos alfabetizandos, que por sua vez, tendem a transformar a sociedade.

Esse é o Planejamento Participativo que acreditamos ser uma prática educacional necessária ao bom desempenho do processo de ensino e aprendizagem, que pode ser usado para promover a emancipação dos educandos e até educadores nesse processo, por meio de uma ação democrática, integradora e participativa, desde sua elaboração, execução, até a avaliação.

Como contribuição a uma prática pedagógica consciente, o Planejamento Participativo permite ao alfabetizador planejar coletivamente, a partir da realidade dos alunos, dos problemas e demandas sociais existentes, pensando uma prática de educação que prevê a aprendizagem crítico social dos conteúdos e a reflexão a serviço da transformação social, em um processo de ensino e aprendizagem dinâmico.

Partindo do pressuposto da alfabetização como processo que proporciona a mudança crítica dos sujeitos que dela fazem parte, acreditamos ser o Planejamento Participativo mediador nesse processo de construção de sujeitos críticos, autor de suas histórias. Com poder de mudança de seus destinos, por meio da transformação da realidade social na qual estão inseridos.

Assim, o conceito de alfabetização proposto neste trabalho dialoga com o conceito de Planejamento Participativo em que ambos caminham numa perspectiva de educação emancipativa, na qual a alfabetização ultrapassa uma aprendizagem mecânica da técnica de codificação e decodificação, construindo-se como processo político de leitura de mundo a partir da realidade, do trabalho, dos jovens e adultos.

Contudo, estas compreensões de alfabetização, de planejamento de emancipação, precisam ser incorporadas no agir educativo do Programa Brasil Alfabetizado, não é porque se trata de um programa de alfabetização que princípios como estes não devam ser apreendidos e respeitados.

Por isso, apresentamos que o planejamento no Programa Brasil Alfabetizado deva seguir a perspectiva do Planejamento Participativo para subsidiar uma proposta de educação, por meio da alfabetização emancipatória em que suscitam novos homens e mulheres, dispostos a lutar por uma sociedade mais justa e equitativa em relações de liberdade, de igualdade e de emancipação. A formação de pessoas libertas de suas vidas desumanizadas pela opressão social, a formação de pessoas engajadas no coletivo para a possibilidade de mudanças.

7 REFERÊNCIAS

- AMORIM, Francisco Cabral; VERAS, Maria Eudes Bezerra; VERAS, Neide Fernandes Monteiro. *Planejamento educacional: concepções, processos e instrumentos*. In. *Planejamento Educacional*. Fortaleza: CETREDE/SEDUC, 1993. p. 23-33.
- BEISIEGEL, C. R. *Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática, 1982.
- CARVALHO, C. S. C; QUEIROZ, S. M. D. de. *Planejamento e Prática Docente*. Revista do UNIPÉ, Ano XII, nº 1. João Pessoa, 2008.
- CRUZ, Maria Dalva da Silva. *et. al.* As tecnologias na alfabetização de jovens e adultos. In: LLARENA, Rosilene Agapito da Silva; BUHNE, Antonaide Rodrigues. *Troca de ideias: Tentames sobre educação e tecnologias da informação e comunicação*. João Pessoa: Gráfica e Editora Imprim, 2013. pp. 61-73.
- DALMÁS, Ângelo. *Planejamento Participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação*. 14. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários a prática educativa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FUSARI, José Cerchi – O planejamento educacional e a prática dos educadores. In.: *Revista ANDE*, nº 8, 1984,,: 33-35.
- GANDIN, Danilo. *Planejamento como prática educativa*. 11 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. SEC/PB. GEEJA. *Plano Estadual de Alfabetização: Ler, Entender e Fazer*. Paraíba: Defainer produções, 2013.
- GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. SEC/PB. GEEJA. *Programa Brasil Alfabetizado: Aprendendo ao longo da vida*. Paraíba: Defainer produções, 2013.
- LEAL, Telma Ferraz. Estabelecendo metas e organizando o trabalho: o planejamento no cotidiano docente. In LEAL, Telma Ferraz et. al. *Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas*. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- LIBÂNIO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Editora Alternativa, 2011.
- LOCH, Jussara Margareth de Paula. Planejamento e Avaliação em EJA. In LOCH, Jussara Margareth de Paula. *et. al.* *EJA: planejamento, metodologias e avaliação*. Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 61-73.

MASETTO, Marcos. *Planejamento: instrumento de ação educativa. Didática: aula como centro*. 4 ed. São Paulo: FTD, 1997. p. 76-81.

_____. *Um Plano e seus componentes. Didática: a aula como centro*. 4 ed. São Paulo: FTD, 1997. p. 85 - 103.

MENEGOLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. *Porque planejar? Como planejar? Currículo – área - aula*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 9 – 61.

SAVIANI, Dermeval. *Educação e democracia*. São Paulo: Cortez, 1983.

STRECK, Danilo R.; et. al. *Dicionário Paulo Freire – 2. Ed., ver. amp. 1. reimp.* – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. et. al. *O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932): A reconstrução educacional no Brasil - ao povo e ao Governo*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584.

UNESCO. *Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil: lições da prática*. – Brasília: UNESCO, 2008.

UNESCO/MEC. *Sexta Conferência internacional de educação de adultos: Marco da Ação de Belém*. Brasília: MEC, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização*. 20 ed. São Paulo: Libertad Editora, 2010. p. 11- 64.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. *Planejamento Participativo na escola: um desafio ao educador*. – São Paulo: EPU, 1986. P. 13-23.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS:

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 09 set. 2012

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Escola de Gestores. SILVA, Marcelo Soares. *Planejamento e Práticas na Gestão Escolar*. 2005. Disponível em: escoladegestores.mec.gov.br/site/5. Acesso em 22 de junho de 2013.

COELHO, Maria Hercíla Mota; MESQUITA, Maria de Fátima Monteiro. *Breve trajetória histórico-pedagógica do planejamento de ensino e da avaliação da aprendizagem*. Dialogia, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 163-175, 2008. http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/dialogia/dialogia_v7n2/dialogiav7n2_3a1345.pdf. Acesso em: 24 de janeiro de 2014.

KLOSOWSKI, Simone Scorsim; REALI, Klevi Mary. *Planejamento de Ensino como ferramenta básica do processo ensino-aprendizagem*. UNICENTRO – Revista Eletrônica Lato Sensu. ED. 5 – 2008. Disponível em: http://www.horacio.pro.br/fmp/2012-1/planejamento/7-Ed5_CH-Plane.pdf. Acesso em 26 de Novembro de 2013.

MEC. *Conferência Nacional de Educação*. Brasília, de 28 de Março a 01 de Abril. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=57. Acesso em: 13 de Março de 2014.

MEC. FNE. PNE. *O planejamento Educacional no Brasil*. Brasília, Junho de 2011. Disponível http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf. Acesso em 22 de junho de 2013.

MEC. *Plano Nacional de Educação. PNE*. Brasília, de 28 de Março a 01 de Abril. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107. Acesso em: 13 de Março de 2014.

MEC. SECADI. DPEJA. *Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores*. Brasília, abril de 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17457&Itemid=817. Acesso em 26 de Novembro de 2013.

FONTES ORAIS:

GERÊNCIA OPERACIONAL. *Gerente operacional do Ensino Fundamental e Médio de Jovens e Adultos. Gerência Executiva de EJA (GEEJA)*. Entrevista realizada em 04 de Fevereiro de 2014. João Pessoa - PB.

APÊNDICES

1 Roteiro de Entrevista realizada com a Coordenadora Operacional do Ensino Fundamental e Médio da Educação de Jovens e Adultos da GEEJA (Gerência Executiva de EJA).



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

DATA:

LOCAL:

HORÁRIO:

Nome:

Função que exerce:

Formação:

Tempo de Atuação:

Questões de Entrevistas

1. A partir do seu trabalho, o que pode afirmar acerca da Educação de Jovens e Adultos (Conceito, Princípios norteadores, formas de atuação)?
2. Que possibilidades e limites tem apresentado o trabalho no PBA na Paraíba?
3. Qual perspectiva de planejamento orienta o trabalho pedagógico do Programa Brasil Alfabetizado na Paraíba?
4. Em que medida o trabalho desenvolvido no estado segue as orientações do Programa Brasil Alfabetizado estabelecidas em âmbito nacional, na área do planejamento?
5. Qual a importância do planejamento nas ações pedagógicas do Programa Brasil Alfabetizado?
6. Como é realizado este planejamento?
7. Como tem se dado o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos no Brasil Alfabetizado nos municípios?
8. Qual orientação de planejamento é dada aos coordenadores e alfabetizadores no programa?

2 Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa trata das **Práticas Pedagógicas na EJA: o papel do planejamento no processo de ensino e aprendizagem do Programa Brasil Alfabetizado** e está sendo desenvolvida por **Maria Dalva da Silva Cruz**, aluna do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação do Prof^º. Dr^ª. Verônica Pessoa da Silva.

Tem por objetivo geral analisar a contribuição do planejamento de ensino para a construção de práticas pedagógicas emancipatórias na Educação de Jovens e Adultos.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, você não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo ou resolver, a qualquer momento, desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso).

Solicito sua permissão para que a entrevista seja gravada, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'M. D. Pires', is written over a horizontal line.

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

Maria do Socorro A. D. Pires
Gerente Operacional do Ens. Fundamental
e Médio de Jovens e Adultos
Mat: 169.431-6

Maria Dalva da Silva Cruz

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Maria Dalva da Silva Cruz

Endereço: R José Teixeira de Oliveira Nº 87, Bairro Nossa Senhora do Desterro,
Logradouro – PB.

Fone para contato: (83) 9127-7274